



EXPEDIEN 12 DEN 102 AMERICAN ASSESSAN

MOÇÃO DE REPÚDIO № 02/CMT/2022

MOÇÃO DE REPÚDIO A PROPOSTA DE PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (CORREIOS) ATRAVÉS DO PROJETO DE LEI 591/2021 DE AUTORIA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA.

EXMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TARÚMIRIM-MG.

O Vereador José Geraldo Casarino, juntamente aos demais vereadores abaixo signatários, vem, na forma regimental, perante o Artigo 152 do Regimento Interno desta egrégia casa legislativa, apresentar a presente MOÇÃO DE REPÚDIO A PROPOSTA DE PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (CORREIOS) ATRAVÉS DO PROJETO DE LEI 591/2021 DE AUTORIA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA.

A privatização dos Correios, se aprovada, significará um grande retrocesso no longo processo de investimento público de mais de três séculos na integração territorial e que resultou no modelo atualmente adotado no Brasil. O modelo vigente de correio no Brasil é compatível com as práticas recomendadas pela União Postal Universal (UPU/ONU) e com aquelas adotadas por países com características aproximadas de extensão territorial e/ou número de população, como Estados Unidos, China, México, Índia e África do Sul. Esse retrocesso causaria o fechamento de agências postais e a diminuição de importantes políticas públicas estatais nos municípios, hoje assegurados constitucionalmente por meio do princípio de universalidade do serviço postal. O oferecimento seletivo e pontual dessa atividade pelo mercado é incompatível com os objetivos do atual pacto constitucional vigente na sociedade brasileira, que compreende o serviço de correio público como um direito dos lugares num território marcado por profundas desigualdades regionais.

Os Correios, por sua capilaridade e atendimento a municípios onde individualmente a atividade postal das agências não é lucrativa, se tornaram um braço logístico do Estado para a execução de políticas públicas. A entrega de vacinas, a distribuição de livros didáticos, a viabilidade de exames nacionais como o ENEM, o próprio funcionamento das eleições e dos cartórios, entre outras ações, estariam impossibilitadas em caso de privatização. Haveria, assim, reversão de conquistas sociais no âmbito da cidadania.

Também preocupa uma eventual privatização de uma empresa estatal lucrativa, única com presença em todos os 5570 municípios brasileiros e que gera aproximadamente 100 mil empregos diretos. No contexto de crise econômica e elevada taxa de desemprego, aliado ao crescimento do comércio eletrônico (75% das encomendas são entregues pelos Correios), essa ação poderia aprofundar os problemas enfrentados pela população e pelo Estado brasileiro.







Diante do exposto, após aprovação do soberano Plenário, requer-se seja encaminhada a presente Moção de Repúdio para o Congresso Nacional, solicitando que a PL 591/2021 seja integralmente rejeitada, por unanimidade se possível, haja vista o quão desinteressante e descabida é tal proposta no contexto nacional atual.

Câmara Municipal de Vereadores de Tarumirim/MG, 05 de Julho de 2022.

José Geraldo Casarino

Vereador